

CAPÍTULO 6

SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO: UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS EM ESCOLAS DE RIO GRANDE-RS

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pcdma06>

Amanda Seabra

SUMÁRIO

The background of the page is a warm-toned photograph of a landscape with rolling hills and a cloudy sky. A large, intricate spider web is superimposed over the entire scene, creating a grid-like pattern. In the lower right portion of the image, a person is seen from behind, looking towards the horizon. The overall aesthetic is soft and contemplative.



INTRODUÇÃO

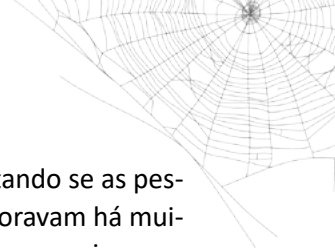
A arqueologia é uma ciência que vem produzindo conhecimento há muito tempo. Principalmente desde o século XX até os dias atuais, esses conhecimentos são fruto de pesquisas acadêmicas, assim como por meio de licenciamentos de empreendimentos, mas o envolvimento ou a divulgação desses conhecimentos gerados dificilmente chega até o público não especializado. Fazendo, assim, com que a população em geral desconheça ou saiba muito pouco a respeito ou, então, tenha uma visão distorcida desta ciência e profissão. Esta falta de conhecimento do que é e o que faz um arqueólogo afeta, de alguma maneira, o reconhecimento da arqueologia como profissão¹. Para compreender por que este trabalho foi realizado, relatarei os motivos que me levaram a fazê-lo.

Durante os quatro anos na universidade diversas pessoas me faziam as seguintes perguntas: “O que é arqueologia?”; “O que faz um arqueólogo?”. O momento em que mais precisei responder essas perguntas foi no ano de 2011, ano em que a Rede Globo de televisão estava transmitindo uma novela chamada *Morde & Assopra*, em que a personagem Júlia era uma paleontóloga que fazia suas escavações e descobertas em sítios arqueológicos. No meio da trama havia uma briga entre os personagens Júlia e Abner, pois, este último tinha medo de perder sua fazenda por conta das possíveis descobertas.

Muitas pessoas me perguntaram: “Se é a paleontologia que estuda os dinossauros, a arqueologia vai estudar o que?”; “A arqueologia pode fazer com que as pessoas percam a posse de suas terras?”. Todas estas perguntas foram feitas por pessoas com diferentes níveis de escolaridade, algumas já possuíam ensino superior completo, outras, não haviam concluído o ensino fundamental. Ao me deparar com estas perguntas notei a falta de conhecimento que o público em geral tem sobre a arqueologia.

Durante a graduação fiz parte de vários projetos de extensão desenvolvidos pelos professores, onde havia algum tipo de contato com o público não especializado. O primeiro projeto foi desenvolvido pela professora Dra. Maria Gluchy intitulado “O Registro Arqueológico do Período Pleistoceno e Holoceno do Rio Grande do Sul”. O objetivo deste projeto era a criação de um banco de dados, onde estariam registrados os sítios desse período na região de Rio Grande. Além disso, queríamos saber qual era a relação da população local com o passado pré-histórico, se era conhecido ou desconhecido.

¹ Este capítulo é fruto do trabalho de conclusão de curso da autora para obtenção do diploma de Bacharel em Arqueologia, pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no ano de 2013.



Fizemos várias entrevistas com a população local, perguntando se as pessoas tinham visto vestígios arqueológicos² em seus campos, se já moravam há muito tempo na região e, se assim fosse, se haviam percebido mudanças na paisagem. Muitos deles relataram as mudanças acontecidas nos últimos trinta anos. Durante essas conversas, surgiam sempre as mesmas perguntas por parte deles: “O que vocês vão fazer com isso?”. Ou: “Por que vocês querem saber isso?”. Ou ainda: “O que é mesmo o que vocês fazem?”. Esse foi o primeiro contato, após o ingresso na universidade, com a população local.

Outro projeto de que participei se intitulava: “Arquitetura popular contemporânea: estudo de caso junto à Ilha dos Marinheiros³ e suas edificações de madeira forradas com lata”. Este projeto é coordenado pela arquiteta Ma. Karen Melo, professora da Escola de Engenharia da FURG. O objetivo é conhecer essas construções de madeiras forradas de lata, típicas da Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande-RS. Primeiramente, queríamos saber como essas casas foram construídas, por qual motivo foi feita a forração com lata, como e onde se adquire a lata, como é feita a manutenção desse tipo de moradia e os pontos positivos e negativos de ter a casa forrada com a lata.

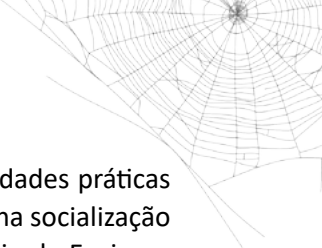
Quando conheci e passei a participar do projeto, este já havia sido iniciado no ano anterior. A coordenadora já havia estado na Ilha dos Marinheiros para o primeiro contato com a população e para obter informações para começar a pesquisa. Após esse primeiro contato (2011), foram feitas as primeiras apresentações deste projeto em congressos. No ano seguinte (2012), quando eu já fazia parte do projeto, a professora retorna à Ilha para obter mais informações e assim aprofundar a pesquisa.

Nesse retorno à ilha houve conversas com os mesmos moradores com os quais ela já tinha feito contato, além de outros, novos. Em uma das conversas foi apresentado aos moradores um *banner*, exposto em congressos, contando sobre o projeto. Esse *banner* continha a imagem da casa deles forrada com lata, contendo as informações que eles haviam dado aos pesquisadores. Os proprietários ficaram extremamente felizes quando viram o *banner* e os primeiros resultados gerados. Ficaram orgulhosos e agradecidos à professora por ter retornado e apresentado o trabalho realizado com as informações repassadas pelos moradores.

O ProPac – Programa Permanente de Arqueologia Colaborativa – foi outro projeto do qual fiz parte. O objetivo era a criação de um material didático para ser utilizado pelas escolas e comunidades; levar ao público não especializado o co-

2 Durante as entrevistas explicávamos o que era um vestígio arqueológico. Perguntávamos se os moradores já haviam encontrado em suas terras cacos de cerâmica ou então pote de índio.

3 Esta ilha está localizada na Lagoa dos Patos, próximo a cidade de Rio Grande.



nhecimento produzido pela academia e sanar as demandas de atividades práticas dos alunos da graduação em Arqueologia que estavam interessados na socialização do conhecimento. Este projeto está vinculado ao Lepan – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia. A criação deste projeto foi motivada pelo fato de o laboratório receber inúmeros pedidos de visitas de escolas e, também, pedidos de palestras e encontros para falar sobre Arqueologia.

Com o passar do tempo, o Lepan já não possuía mais condições de receber visitas escolares em seu estabelecimento por diversos motivos; entre eles, podemos citar a utilização do laboratório para as atividades dos alunos do curso de graduação de arqueologia e outros. Então, através do ProPac, o Lepan passa a ir às escolas, fazendo oficinas e palestras para sanar as dúvidas dos alunos e professores. Por conta desse projeto, quatro trabalhos de conclusão de curso já foram escritos (incluindo o meu). Nesse projeto, os alunos passam a ter um contato direto com os diferentes tipos de públicos, desde crianças até professores, diretores e coordenadores das escolas. Com isso, aprendemos a lidar e a falar com o público leigo em arqueologia.

Outro fato que motivou a realização deste trabalho foi a reportagem publicada no jornal local, no dia 3 de dezembro de 2012⁴, que dava conta de uma notificação do Iphan, que havia paralisado as obras das estações de integração dos ônibus urbanos da Praça Tamandaré, em Rio Grande⁵. No site do jornal muitas pessoas reclamaram da paralisação, afirmando que isso era um absurdo, que as pessoas que fizeram a denúncia ao Iphan eram contra o progresso, a urbanização e a modernidade da cidade.

Afirmaram também que, em plena época de polo naval, ainda existem pessoas que querem o retrocesso ou a paralisação da cidade de Rio Grande. Que somente no Brasil obras de desenvolvimento e melhorias são paralisadas por um pedaço de cerâmica.

Lendo os comentários percebi a grande falta de conhecimento que a população tem a respeito da arqueologia e da história. Acredito que, se a população tivesse mais informações sobre o que essas duas ciências fazem e o conhecimento que é gerado por elas, provavelmente os comentários seriam outros.

Podemos perceber, também, nos comentários, que a profissão de arqueólogo e de historiador não é reconhecida pela população. Ambas as profissões são vistas como uma forma de atrasar o desenvolvimento da cidade e, no caso da ar-

4 Esta notícia e seus comentários se encontram na seguinte página no site do jornal: <http://www.jornalagora.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?e=3&n=36787>. Acesso em: 5 fev. 2014.

5 O título da notícia era: “Notificação do Iphan paralisa obras das estações de integração na praça Tamandaré”.

queologia, apenas um passatempo. Essas pessoas que criticaram a arqueologia e a história são as mesmas que dizem com orgulho que foi na cidade de Rio Grande o nascimento do Rio Grande do Sul como estado, que esta é a cidade mais antiga do estado e que têm orgulho da sua história.

Essas foram as quatro experiências que motivaram a produção deste capítulo. Como objetivos gerais, buscou-se fazer a construção de uma ponte entre a universidade e a população; e a divulgação da arqueologia como ciência e profissão. Como objetivos específicos, temos o interesse em saber qual é o conhecimento que as crianças possuem sobre arqueologia e patrimônio; a desmistificação de que só existe arqueologia na Europa e no Egito; que tipo de atenção é dada por pessoas de diferentes níveis sociais e escolaridade para a arqueologia e o patrimônio. O público-alvo deste trabalho são as crianças com de 10 a 12 anos, de duas escolas, uma pública e outra particular e conseqüentemente os professores que acompanham os estudantes durante a realização das atividades.

A socialização do conhecimento se faz necessária à medida que, através da arqueologia, as pessoas consigam ter uma visão diferente do passado para compreender melhor o presente. E, em um futuro não muito distante, falar que uma obra foi paralisada por conta da arqueologia não seja mais um absurdo, um retrocesso no progresso. Que essa paralisação seja vista como algo que vai trazer novas histórias, novas informações e conhecimentos sobre o seu passado. E que as pessoas percebam que estudar o passado não é somente por curiosidade ou passatempo.

METODOLOGIA

A escolha de fazer a atividade prática com crianças do 6º ano do ensino fundamental surgiu durante as aulas de Educação Patrimonial do bacharelado, pois comentava-se que as crianças eram um bom público por serem interessadas, participativas e curiosas. Além disso, as crianças são mais acessíveis a novas ideias e, normalmente, são grandes transmissores. É um público que requer paciência e habilidade no relacionamento, mas que, ao final, traz resultados satisfatórios. Então, ficou decidido realizar os encontros sobre arqueologia com as crianças.

A ideia de fazer essa atividade prática em forma de encontros surgiu após a leitura do livro *Patrimônio cultural: consciência e preservação*, de Sandra C. A. Pelegrini (2009). No seu livro, a autora dá dicas de como os professores das escolas podem trabalhar patrimônio, arqueologia e meio ambiente dentro da sala de aula. Ela dá dicas de como fazer o planejamento das atividades didático-pedagógicas e

como preparar o material de apoio. O artigo “*O que é isso? Para que serve? Quem são vocês? O que fazem? Uma experiência de Arqueologia Pública em Paranã-TO*”, de Leilane P. Lima e Gilberto Silva Francisco (2006), também, apresenta uma atividade baseada em diferentes dias, com atividades voltadas a uma comunidade em Tocantins.

Os encontros seriam curtos, de 45 minutos – o tempo de uma aula. Assim, os professores não perderiam muitas aulas e as crianças não ficariam concentradas em atividades longas. Além disso, a atividade tinha o objetivo de despertar a curiosidade das crianças, que ficavam na expectativa do que seria apresentado nos dias seguintes. Em uma comunicação pessoal com a Mestre Vanderlise Machado, foi sugerida a ideia de fazer esta atividade com alunos de uma escola particular e alunos de uma escola pública, utilizando-se a mesma metodologia, com o objetivo de se ter uma comparação de como crianças de classes sociais diferentes absorveriam o conhecimento sobre arqueologia e patrimônio e também como lidariam com o patrimônio.

Com base na bibliografia (LIMA 2006; PELEGRINI 2009; POSSER 2013), ficou decidido que seriam oito encontros de 45 minutos cada um, com um assunto diferente por dia. O conteúdo estaria relacionado à socialização do conceito de arqueologia como ciência e profissão.

Para alcançar esse objetivo foram montadas apresentações em *Power point* contendo somente imagens e suas legendas sobre diferentes áreas da arqueologia, desde o surgimento da arqueologia moderna até as pesquisas da arqueologia subaquática, passando pela arqueologia histórica, pré-histórica e zooarqueologia. Foram realizadas simulações de prospecção, escavação e análise de laboratório. Junto com as apresentações, utilizei como apoio materiais arqueológicos didáticos⁶ e vídeos obtidos na internet. Além de repassar a teoria (definições, descrições e exemplos), era necessário que esta teoria fosse aplicada pelos próprios alunos na prática⁷, e esse é, certamente, o momento que as crianças mais se lembrarão no futuro.

6 O LEPAN recebe muitas doações de pessoas que encontram material arqueológico em suas terras ou então doações de peças que foram de família. A partir do momento que esse material chega no LEPAN, ele pede o seu contexto, por conta disso, esse material, que normalmente está bem preservado, é catalogado como material didático, para ser utilizado nas palestras e atividades desenvolvidas pelo laboratório com as escolas e comunidade.

7 A prática é uma forma de ensino e aprendizagem.

Para as oficinas de simulação, foram utilizadas caixas em MDF⁸, baldes, pás, pinceis, sacos plásticos, cola branca e também os materiais arqueológicos didáticos e algumas louças e cerâmicas⁹ que foram adquiridas em lojas.

Foi utilizada uma metalinguagem nos encontros de fácil compreensão. Houve, também, a realização de uma atividade prática sobre o patrimônio. Para esta atividade foi pedido para que os alunos levassem um objeto que eles considerassem importante em sua vida. Em seguida, os alunos são divididos em grupos; nesse momento, a autora passou de grupo em grupo, ouvindo as histórias e o motivo da escolha de cada objeto.

A próxima etapa foi pedir para que cada grupo conversasse entre si e escolhesse um objeto para representar aquele grupo e, novamente, percorri cada grupo e ouvi o motivo da escolha daquele objeto para representar o grupo. Por último, chamou-se todos com os objetos que representam os grupos para frente, cada aluno contou a história e disse porque aquele determinado objeto é importante. E assim se fez uma votação com todos as crianças para escolher um objeto para representar a turma toda.

Após a realização desta atividade prática, começa a explicação teórica do que é o patrimônio. Esta explicação foi baseada no livro *Patrimônio Histórico e Cultural*, de Pedro Paulo Funari e Sandra C. A. Pelegrini, em que os autores relatam de maneira simples e rápida a história do patrimônio. Na apresentação, disse inicialmente que “patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo que pertence ao *pater* ou *pater* famílias, pai de família.” (FUNARI, PELEGRINI, 2009, p. 10). E que com o tempo esse significado foi se modificando e chega ao que é hoje: tudo aquilo que representa ou marca um momento importante de um município, estado ou país ou grupos etc. (FUNARI, PELEGRINI, 2009).

Apresentei às crianças o que se considera patrimônio individual ou familiar, patrimônio coletivo e este foi dividido em imaterial (danças, comidas, festas, costumes religiosos), material (prédios, casas, obras de arte) e natural (cataratas do Iguaçu, Pantanal). Os exemplos utilizados foram da cidade de Rio Grande (catedral de São Pedro), do Rio Grande do Sul (Ruínas Jesuíticas de São Miguel, chimarrão) e do Brasil (feijoada, círio de Nazaré), mas sempre dando mais atenção aos exemplos de Rio Grande e do Rio Grande do sul. A utilização dos exemplos locais serve para mostrar que o que é arqueológico e o que é patrimônio não se encontram distantes dos alunos.

⁸ Estas caixas foram confeccionadas pela marcenaria da universidade. Foram cinco caixas de 0,5m x 0,5m x 30 cm. Estas foram utilizadas exclusivamente nas oficinas de simulação de escavação.

⁹ Este material foi quebrado na casa da autora para que, depois, os alunos pudessem juntá-lo. Alguns materiais foram fruto de algumas louças que foram quebradas em casa e assim não teria a peça inteira, já que em campo dificilmente conseguimos encontrar o artefato arqueológico completo ou inteiro.

No primeiro dia, foi aplicado um questionário com seis questões sobre arqueologia e patrimônio. O objetivo era avaliar qual tipo de conhecimento as crianças poderiam ter a respeito da arqueologia e do patrimônio e, também, conhecer o público-alvo da pesquisa. A aplicação do questionário foi importante para mostrar que, mesmo sendo crianças, eram crianças com diferentes meios de acesso à informação e assim já poderiam ter tido algum tipo de contato com a arqueologia e construído um pensamento sobre o assunto.

As questões foram: 1. Você já ouviu algo sobre arqueologia? 2. Onde você ouviu falar de arqueologia? 3. O que você sabe sobre arqueologia? 4. O que você acha que tem de mais importante na cidade em que vive? 5. O que vem a sua cabeça quando alguém fala de Rio Grande? 6. Você já ouviu a palavra patrimônio? Sabe o que significa?

A ideia inicial era aplicar o mesmo questionário ao final dos encontros, mas, no decorrer do tempo, surgiu uma ideia mais divertida e didática. Esta consistiu em pedir que as crianças escrevessem um pequeno texto, explicando o que elas aprenderam com os encontros e na criação de uma história e/ou desenho cujo tema fosse arqueologia e patrimônio¹⁰. O objetivo desta ideia era dar liberdade para as crianças, sem direcioná-las com as perguntas já prontas, como foi feito inicialmente no questionário.

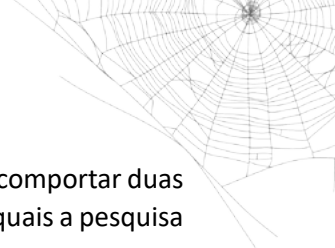
ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS COM AS DUAS ESCOLAS

Quando foi feita a análise das respostas dos questionários e dos trabalhos que foram entregues ao final, pode-se perceber uma grande diferença entre a escola pública e a particular. As diferenças são: espaço físico, participação das crianças, realização dos trabalhos finais e confecção das histórias e/ou desenhos, respostas dadas no questionário e situação socioeconômica. Cada diferença será discutida individualmente.

ESPAÇO FÍSICO

Na escola particular todos os encontros foram realizados dentro de um auditório, já que eram duas turmas de 6º ano do ensino fundamental, totalizando 35 crianças. Na escola pública, como era somente uma turma, trabalhou-se dentro

¹⁰ A ideia surgiu após uma comunicação pessoal com a professora de história do colégio particular, ele sugeriu que esse tipo de trabalho incentivaria os alunos para escrever e descrever os seus aprendizados e experiências, além de incentivar a imaginação na criação de histórias e/ou desenhos.



da própria sala de aula. A escola particular tinha um local que podia comportar duas turmas juntas. A escola pública, não. Esse foi um dos motivos pelos quais a pesquisa foi desenvolvida somente com uma turma de sexto ano.

As oficinas de simulação ocorreram no pátio da escola pública (uma área aberta, com grama e areia), fazendo com as crianças ficassem empolgadas e se sentissem “livres”. Na escola privada, por conta do mau tempo, as oficinas de simulação também foram realizadas, mas dentro do auditório¹¹.

Acredito que esta diferença no local de realização das atividades práticas é considerável, pois, na escola pública, consegui fazer com que os alunos ficassem atentos e focados no que estava sendo proposto; foi mais fácil ter o controle da atividade e, também, foi mais fácil esclarecer as dúvidas que surgiram.

Na escola particular, os alunos foram bastante participativos também, mas na hora de esclarecer as dúvidas foi um pouco mais complicado. Por se tratar de um local fechado, o barulho era muito alto. Em alguns momentos não conseguia escutar nem a minha própria voz.

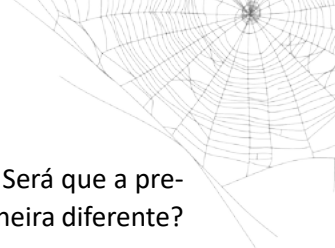
PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS

Outra diferença que pode ser notada é em relação a participação dos alunos durante a realização das atividades. Na escola particular, os alunos estavam sempre perguntando, tirando dúvidas e questionando. Por conta disso, muitas vezes os quarenta e cinco minutos terminavam e o que foi programado para aquele dia não. Mas foi satisfatório ver o interesse deles. Na escola pública, os alunos fizeram perguntas também, mas foram poucas quando comparadas às da escola privada.

A oficina de patrimônio foi onde os alunos da escolar particular estavam mais ativos. Aqui, eles questionaram o formato da votação e a contagem dos votos para ver qual objeto representaria a turma toda e, mesmo sendo poucas as crianças que levaram os objetos, todos os alunos se envolveram na atividade.

Na escola pública, ocorreu o oposto. No dia da oficina estava chovendo e, por conta disso, poucos alunos foram à escola. Os poucos que estavam presentes não pareciam estar muito interessados em participar da atividade. Nesse dia, eles conversaram mais do que o normal, não ficaram quietos nem um momento, não prestaram atenção. A atividade só foi concluída após muita insistência. Nesse dia, a professora de história estava presente na sala. Isso me fez refletir e chegar às se-

¹¹ Próximo a escola particular há uma praça pública grande onde, normalmente, os professores realizam atividades com os alunos.



guintes perguntas: O que levou à falta de interesse de uma turma? Será que a presença da professora fez com que os alunos se comportassem de maneira diferente?

O momento em que os alunos da escola pública mais participaram foi nas oficinas de simulação, onde se pode perceber um interesse no que estava sendo feito. O grupo que mais estava animado e que prestou mais atenção foi o grupo que mais conversava na sala de aula. Aqui, também fiz algumas reflexões. São elas: 1. Isso ocorreu pelo fato de estas atividades terem sido feitas fora da sala de aula? 2. E assim eles se sentiram mais “livres” e mais “à vontade”? 3. Por que o grupo que mais conversa na sala foi o que mais se empolgou nas atividades no pátio?

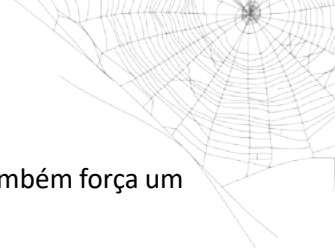
REALIZAÇÃO DO TRABALHO FINAL E CONFEÇÃO DE HISTÓRIAS E/OU DESENHOS

Transcorridos dois meses após o término das atividades, os alunos entregaram os trabalhos finais. Os resultados apresentados pela escola particular foram bastante satisfatórios – de 35 crianças somente 4 não entregaram. Pode-se perceber que a maioria dos alunos se esforçou para fazer o que foi proposto.

Em alguns trabalhos finais pudemos encontrar definições muito boas com relação à arqueologia. Uma aluna, por exemplo, escreveu o seguinte: “Ela [a arqueologia] desvenda a história de cada povo, através de vestígios deixados como cerâmicas, louças, roupas, restos mortais... [...] A ciência que estamos falando abrange diversas outras disciplinas como história, geografia, paleontologia, entre outras.” As narrativas foram apresentadas em forma de história em quadrinhos. Os alunos utilizaram o que aprenderam na disciplina de Arte – a confecção de HQ – e aplicaram no trabalho de Arqueologia. A criatividade fluiu, até o personagem Cascão, da Turma da Mônica, apareceu, e a maioria dos desenhos foi colorida.

Os resultados já não foram tão animadores na escola pública, pois, dos trinta 30 alunos que havia no início, sete saíram do colégio por diversos motivos. Dos 23 restantes, somente nove entregaram. Esse fato será discutido mais para frente.

Desse assunto podemos extrair alguns questionamentos e reflexões: 1. Por que isso ocorreu? 2. O fato de ter sido dado uma folha de redação, direcionando os alunos, fez com que os estudantes da escola particular sentissem um pouco mais de obrigação e/ou motivação para fazer os relatórios? 3. Os estudantes da escola particular estavam realmente interessados e/ou motivados a escrever os relatórios? 4. O fato de o colégio pedir para o pai assinar a lição do filho faz com que o



aluno tenha mais um motivo para fazer as lições de casa? E assim também força um pouco mais a participação dos pais na vida escolar dos filhos?

Na escola pública, minhas reflexões foram: 1. Qual motivo levou 14 alunos a não fazerem os relatórios finais? 2. A falta de uma folha de redação direcionando os estudantes pode ser um motivo? 3. O fato de ser fim de ano letivo e estarem fazendo provas e trabalhos para todas as disciplinas fez com que os alunos esquecessem desse relatório? 4. Os estudantes têm dificuldades para escrever? 5. Arqueologia não foi tão interessante assim? 6. Até que ponto os estudantes gostaram mesmo das atividades?

Em relação ao conteúdo dos relatórios feitos pelos alunos da escola pública, minhas perguntas sobre os resultados são as seguintes:

- Por que eles somente descreveram as atividades que foram feitas e não falaram sobre o que aprenderam, apenas comentam que aprenderam?

Quando foi dito aos alunos que era para eles fazerem os relatórios, pediu-se para que escrevessem o que acharam das atividades, o que aprenderam, o que mais gostaram, o que não gostaram. E suas respostas foram somente as descrições do que foi feito, mas não o conteúdo. Esperava-se algo a mais desses relatórios, pois os alunos sempre comentavam que gostavam das atividades. Em reuniões da direção da escola com os professores, estagiários e alunos, foi comentado que a turma do 6º ano A estava gostando dos encontros.

- Por que no final foram pouquíssimos que fizeram os relatórios?

Esses são questionamentos difíceis de esclarecer nesta etapa da pesquisa. Talvez sejam esclarecidos em outras pesquisas, auxiliadas por educadores e antropólogos.

Outro fato interessante de se pensar e refletir é que, dos alunos da escola pública que fizeram os relatórios, oito foram meninos e somente uma menina. Em relação a esse acontecimento, seria interessante, em outro momento, fazer uma pesquisa para compreender a participação dos diferentes sexos nas atividades.



RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO

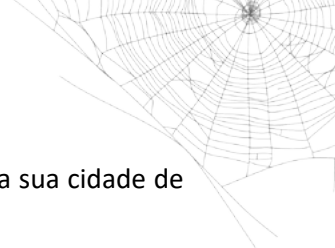
Outra diferença entre as duas escolas são as respostas dadas no questionário. Nas respostas das primeiras perguntas, não houve muitas diferenças entre as duas escolas; a diferença principal aparece quando o assunto é o patrimônio.

Na questão 4, que perguntava “o que se tem de mais importante na cidade em que você vive?”, a maioria dos alunos da escola particular respondeu o seguinte: história, monumentos, pontos turísticos, praças e a praia do cassino. Nesta pergunta, somente um aluno respondeu a “minha casa”. E, na questão 5, que perguntava “o que vem a sua cabeça quando alguém fala de Rio Grande?”, as respostas foram quase as mesmas dadas na questão 4. Só que nesta questão eles acrescentaram coisas do tipo: “precisa ser mais conhecida”, “uma cidade em desenvolvimento”, “uma cidade boa”. Nenhuma resposta estava relacionada ao cotidiano do aluno.

Na escola pública, para a questão número 4, encontram-se as seguintes respostas: características ligadas ao ambiente como lagoas e praia, polo naval, feijão da mãe, “minha cama”, leis, belezas exóticas, escolas/faculdades. Nesta pergunta somente dois alunos falaram pontos turísticos e nenhum aluno falou nem de patrimônio nem de monumentos. Na questão 5, as respostas foram diferentes, a única coisa que se repete são características ligadas ao ambiente. Nesta questão encontramos respostas como: uma cidade, chimarrão, mulheres, “minha casa”, leis e feijão da mãe.

Essas diferentes respostas fizeram refletir sobre o conceito de patrimônio. Na escola particular, todos os alunos são nascidos e criados em Rio Grande-RS; então, têm uma ligação muito maior com a cidade, já conhecem mais a história, as características locais e têm em mente o que consideram de bom ou de ruim para a cidade. Rio Grande é a cidade onde estão suas casas, os seus amigos, a sua família e suas raízes. Então, nas perguntas 4 e 5, onde aparece as palavras “a cidade em que você vive” e “Rio Grande”, respectivamente, eles automaticamente deram características particulares da cidade e da história. Muitos desses alunos já foram visitar outras cidades pelo estado ou até mesmo pelo Brasil. Posso comentar, por experiência própria, que, quando uma pessoa se afasta do seu cotidiano, do seu ambiente e conhece outras culturas, outros lugares e características, esse é o momento em que o seu cotidiano é mais lembrado, pensado e até mesmo valorizado.

Na escola pública, nem todos os alunos eram nascidos em Rio Grande. Pelo menos quatro eram de outras cidades e de outros estados. Um aluno, por exemplo, que era natural do Mato Grosso, já morou em duas outras cidades antes de chegar a Rio Grande, isso com 10 anos de idade. O fato de se ter na turma pessoas de outros lugares já faz com que as respostas mudem, pois estas crianças



vêm com uma “bagagem cultural” diferente de quem nunca saiu da sua cidade de origem.

Quando se pergunta sobre a cidade em que se vive e sobre Rio Grande, especificamente, para alguns alunos a ligação com a cidade pode não ter acontecido ou não é tão forte como a de alguém que nasceu aqui ou mora há mais tempo. Então pode não ter nada de importante para esses alunos ou o que se tem de importante aqui é a sua casa, onde se encontra a sua família, que contém as características e costumes da cidade em que se nasceu, que tem o mesmo sotaque, utilizam as mesmas gírias etc. Para algumas crianças, o que a cidade de Rio Grande possui são as lagoas e a praia como características mais marcantes. Ou pode ser simplesmente mais uma cidade em que irão morar por um tempo, depois irão para outra cidade e depois outra e, por conta disso, Rio Grande não tem nada de importante para eles.

Então, o conceito de patrimônio para as crianças nascidas e criadas em uma cidade é diferente do de crianças que não nasceram e vão ficar só por algum tempo em determinada cidade. Para os que são naturais de Rio Grande, o conceito mais conhecido e divulgado de patrimônio (algo que represente a história ou características de um local) é mais adequado do que para crianças que não nasceram na cidade.

Para as crianças que vivem na cidade mas não são rio-grandinas, esse conceito pode até fazer sentido mas, para elas, o que consideram patrimônio será algo seu, pessoal ou uma característica da cidade em que nasceram ou, simplesmente, nada. E somente na questão 6 (o que significa patrimônio?) é que aparecem as praças, os monumentos e as estátuas nas respostas dos alunos da escola pública. E somente um aluno responde o seguinte: “É algo que eu gosto”. Pode-se pensar que nessa questão os alunos tenham se lembrado de suas cidades de origem.

No decorrer da escrita do TCC, essas mesmas perguntas foram feitas para mim. A experiência foi bem interessante pois as respostas dadas foram parecidas com as respostas dos alunos da escola pública. Para a pergunta “O que tem de mais importante na cidade em que você vive?”, a resposta foi: “A FURG, pois foi por ter passado no vestibular desta universidade que vim morar aqui”. E, na pergunta “O que vem a sua cabeça quando alguém fala de Rio Grande?”, a resposta dada foi: “Eu moro nesta cidade”. E se essas mesmas perguntas fossem feitas quando eu tinha 10 anos de idade e já estivesse morando em Piracicaba-SP a resposta para as duas perguntas seria “nada”, pois naquela época eu detestava morar em Piracicaba.

Então, uma coisa é o significado de patrimônio para pessoas que nasceram e viveram somente numa cidade e outro significado e atenção vai ser dado por pessoas que nasceram em uma cidade mas foram viver em outra. A ligação com a

cidade natal ou com a cidade em que se vive pode ser pequena ou não existir. Isso não significa que o patrimônio de um lugar seja desrespeitado pelas pessoas que moram nesse lugar mas nasceram em outro.

SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Outra reflexão extraída dessas diferenças é a situação socioeconômica. Na escola particular, os alunos já vivem em uma situação mais confortável financeiramente e muitas vezes já foram conhecer outros lugares a passeio, dentro e fora do Brasil. Possuem mais acesso à informação, e o incentivo a ter mais conhecimento ou fazer mais pesquisas sobre determinados assuntos é maior. Na escola pública, os alunos podem não ter viajado a passeio, o incentivo aos estudos não é tão grande, o acesso à informação já não é tão fácil e pode ser limitado. E isso faz a diferença na formação de uma pessoa.

Em uma comunicação pessoal com a diretora da escola pública¹², fui informada que muitos alunos não saíram nem do bairro onde vivem, o que significa dizer que muitos não conhecem o patrimônio oficial da cidade de Rio Grande. Isso deve ter contribuído para que as respostas dadas nas perguntas 4, 5 e 6 do questionário inicial fossem algo ligado ao universo particular da vida de cada criança. Se eles não conhecem o patrimônio da sua cidade como poderão valorizá-lo ou cuidá-lo?

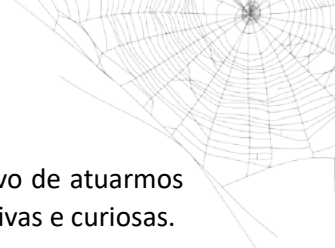
Todas essas reflexões são assuntos que poderão ser aprofundados em outro momento e em outras pesquisas. Estas são diferenças que existem há algum tempo entre escolas particulares e públicas. Isso não quer dizer que a escola particular é sempre melhor e a escola pública é sempre pior. São diferenças que precisam ser respeitadas, analisadas, pensadas e solucionadas.

Esta comparação foi feita para ser ter uma visão de como crianças com diferentes ensinamentos e condições socioeconômicas lidam e pensam a respeito da arqueologia e do patrimônio. Podemos perceber com essa comparação que a arqueologia e o patrimônio vão ser conhecidos por pessoas que possuem mais acesso à informação e mais incentivo à pesquisa e aos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa não teve o intuito, em nenhum momento, de impor aos alunos o que é patrimônio ou arqueologia. Desde o momento em que foi pensada

¹² Esta escola está localizada na entrada da cidade, afastada do Centro. A escola particular já se encontra mais próxima do centro da cidade.



até o final, a intenção foi a socialização do conhecimento. O motivo de atuarmos com crianças foi o fato de estas serem mais interessadas, participativas e curiosas.

Minha tarefa consistiu em socializar o que é a arqueologia, o que faz o arqueólogo e como se faz a pesquisa. Este trabalho, também, não teve o intuito de estabelecer uma metodologia para a realização de atividades com o público não especializado, e sim uma primeira experiência na aproximação de socializar a nossa profissão.

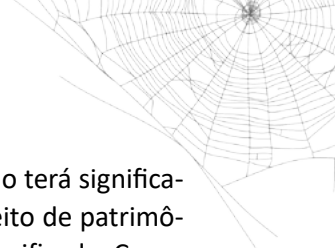
A metodologia de trabalho foi inspirada no livro *Patrimônio cultural: consciência e preservação*, de Sandra Pelegrini. Trabalhou-se desenhando diferentes encontros com os alunos, sendo estes teóricos e práticos. Algumas ideias aplicadas, como o trabalho com as caixas, por exemplo, foram minhas, entendendo-se que seria uma experiência didática válida.

Ceguei ao final deste trabalho com os objetivos alcançados. Uma das primeiras questões que percebi foi a quebra entre universidade e escolas, pois existe uma falta de diálogo entre essas duas instituições. Isso ocorreu a partir do momento em que a universidade procurou a escola para a criação de um diálogo e socialização do conhecimento. O que normalmente ocorre são as escolas procurando as universidades para conseguirem mais informações – e aconteceu o oposto neste trabalho.

Outro objetivo alcançado foi a socialização da arqueologia como ciência e profissão e a desmistificação de que arqueologia só é realizada na Europa e no Egito. Durante as apresentações, a grande maioria dos exemplos utilizados eram de arqueologia feita no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Rio Grande. A partir dos resultados apresentados, pudemos perceber que os alunos tiveram uma visão mais ampla da arqueologia. Aquela ideia de que só estuda o passado ou só escava, foi complementada com o porquê se estuda, como se estuda e para que serve. Durante as apresentações, vários alunos comentaram que gostaram de conhecer a arqueologia e chegaram a falar em se tornar arqueólogos quando crescerem.

No decorrer do meu trabalho, muitas reflexões foram realizadas. A primeira a surgir foi sobre o conceito e a definição dada ao patrimônio pelos cientistas e a definição que a pessoa tem do mesmo. Essa reflexão se deu pelo fato de estarem chegando na cidade de Rio Grande muitas pessoas, inclusive famílias inteiras, para trabalhar no Polo Naval. Sendo assim, essas pessoas de fora não possuem nenhuma ligação sentimental com a cidade. Para muitas pessoas, a ideia de que patrimônio representa uma cidade pode fazer todo o sentido quando uma pessoa é nascida e/ou criada em uma única cidade.

Mas é preciso pensar também em pessoas que não criam laços, não ganham costumes e características de um determinado local. O que para elas vai ser



patrimônio? A ideia de patrimônio público que pertence a todos não terá significado; poderá ser compreendido, mas não será transmitido. E o conceito de patrimônio individual, aquilo que me pertence, vai ter mais importância e significado. Como exemplo, podemos citar o que as crianças da escola pública responderam: “A minha casa”, “o feijão da mãe”, quando questionado do que tinha de mais importante na cidade em que se vivia. Essa é uma discussão que pode ser melhor pensada e discutida em outros trabalhos.

Este trabalho pode contribuir ao mostrar que uma parceria entre universidade e escola pode ser criada. A escolas têm interesse de receber outras informações que não sejam somente aquelas do livro didático ou da internet. A ida até as escolas de outros profissionais (arqueólogos ou não) faz com que as crianças e os próprios professores fiquem mais motivados, gerando assim uma riqueza de conhecimento para ambas as partes.

Outro objetivo deste trabalho é mostrar a importância da divulgação do conhecimento produzido pela arqueologia. Esta ciência vai trabalhar com um passado que não é somente de uma ou outra pessoa, e sim o passado de várias pessoas. A divulgação do conhecimento produzido pelos arqueólogos faz com que uma outra visão do mundo em que se vive seja conhecida e assim faz com seja possível criar opiniões do que está ocorrendo no presente, além de aprender com erros e conquistas do passado. Jorge Eremites de Oliveira (2005, p. 118) diz que:

“[...] não basta aos arqueólogos produzirem novos conhecimentos científicos e apenas os divulgarem em revistas especializadas. Eles precisam fazer esses saberes alcançarem o maior número possível de pessoas, principalmente aquelas que não frequentam os círculos acadêmicos onde ocorrem os mais variados debates sobre os temas de interesse à arqueologia. Dessa forma, o conhecimento que produzem sobre o passado, e também, acerca do presente, poderá ser gradativamente incorporado à memória coletiva da sociedade de que fazem parte ou, até mesmo, daquelas que foram por eles estudadas.”

Considero que tenha ficado também a reflexão sobre se todos os arqueólogos estão preparados para fazer esta socialização, pois para realizá-la é necessário ter o conhecimento que provém das áreas da educação e da antropologia. Estas duas ciências possuem as ferramentas necessárias para se fazer uma atividade onde seja possível alcançar as pessoas sem prejudicá-las ou constrangê-las.

Como já disse no primeiro capítulo, a socialização do conhecimento produzido pela arqueologia é uma forma de respeito que o arqueólogo deve ter com as pessoas que de alguma maneira o ajudaram a produzi-lo. E de alguma forma o conhecimento que produzimos afeta (direta ou indiretamente) a sociedade da qual fazemos parte ou não. Alguém será beneficiado com esse conhecimento. Como diz Márcia Bezerra (p. 275, 2003), *“a ciência produz conhecimento para a sociedade e não para si mesma.”*

REFERÊNCIAS

BEZERRA DE ALMEIDA, M. **O público e o patrimônio arqueológico:** reflexões para a arqueologia pública no Brasil. *Habitus*, v. 1, n. 2, p. 275-295. Goiânia, 2003.

BEZERRA, M.; NAJJAR, R. **Semióforos da riqueza: um ensaio sobre o tráfico de objetos arqueológicos.** *Habitus*, v. 7, n. 1/2, p. 289-307, jan./dez. 2009.

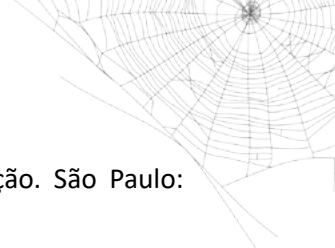
BEZERRA, M. **As moedas dos índios:** um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da vila de Joanes, Ilha de Marajó, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2011.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A.; **Patrimônio histórico e cultural.** 2. ed. Editora Jorge Zahar, 2009.

LIMA, L. P.; FRANCISCO, G. S. O que é isso? Para que serve? Quem são vocês? O que fazem? Uma experiência de arqueologia pública em Paranã-TO. *In: Revista Arqueologia Pública*, n. 1. São Paulo, 2006.

LIMA, L. P. Algumas considerações sobre as ideias prévias dos alunos em relação à temática indígena: um estudo de caso em Londrina-PR. *In: Revista Arqueologia Pública*, n. 6. São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, J. E. Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania. *In: FUNARI, P. P. A.; OSER JR., C. E.; SCHIAVETTO, S. N. O. Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea.* São Paulo, 2005. p. 117-131.



PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio cultural:** consciência e preservação. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

POSSER, J. P. **O trabalho do arqueólogo: socialização do conhecimento no Colégio Sagrado Coração de Jesus, Rio Grande-RS.** Trabalho de Conclusão de Curso. FURG. 2013.